

# **Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870 – 1940**

Fernando Antonio Abrahão

Diretor da Área de Arquivos Históricos do Centro de Memória – Unicamp

Doutorando em História Econômica pela FFLCH – USP

## Resumo

Ao longo de sua história o município de Campinas atraiu profissionais especializados, colonos e trabalhadores urbanos nacionais e estrangeiros, devido à riqueza econômica gerada pela cultura canavieira e, anos depois e bem mais robusta, pela cultura cafeeira. Há diversos registros dessas presenças pessoais no cotidiano local, desde a segunda metade do século XIX. Novos contingentes de agricultores, operários, comerciantes e especialistas foram se juntando aos agricultores, trabalhadores, comerciantes, artesãos e profissionais liberais há mais tempo no município. E eles foram agentes não apenas da diversificação do mercado de trabalho, mas também da produção e do consumo. A proposta geral desta pesquisa é investigar detalhadamente a composição da riqueza e as evidências de mobilidade social da população do município de Campinas no período de 1870-1940.

Palavras-chave: mobilidade social – composição de riquezas – diversificação econômica – imigração – Campinas, história.

# Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870 – 1940

## Introdução

A riqueza gerada pela cultura canavieira e a cafeeira, anos depois, atraiu imigrantes de diversas nacionalidades para Campinas, principalmente portugueses, teutos e italianos. Documentos de diversas origens e os periódicos locais registram suas presenças no cotidiano do município desde a segunda metade do século XIX. Muitos deles atuaram em atividades urbanas ligadas à construção civil, ao comércio e aos serviços especializados, enquanto outros preferiram as atividades rurais. A partir de 1886, a entrada maciça de imigrantes europeus nas lavouras de café da região, seguida depois pela entrada de árabes e asiáticos, ocasionou inerentemente o surgimento de novas oportunidades de trabalho e investimentos nas atividades urbanas e rurais, de acumulação de riquezas e de ascensão social. Novos e maiores contingentes de agricultores, operários e especialistas juntaram-se aos agricultores, trabalhadores, comerciantes, artesãos e profissionais liberais há mais tempo no município, e foram agentes não apenas da diversificação do mercado de trabalho, mas também da produção e do consumo.

A proposta geral desta pesquisa é investigar detalhadamente a composição da riqueza e as evidências de mobilidade social da população do município de Campinas no período de 1870-1940. Tal período é marcado inicialmente pela inauguração de ferrovias e pelos primeiros incentivos financeiros voltados à imigração em massa de europeus<sup>1</sup>. Os marcos finais desse período são as crises da economia cafeeira e crescimento da população urbana em relação à rural, processos esses em que se deu simultaneamente o crescimento da indústria anterior à 2ª Guerra Mundial. Para melhor compreensão do objetivo da pesquisa, optei por dividir o grande período em três intervalos, dessa forma:

1. De 1870 a 1890, período marcado inicialmente pela lei de subsídios à imigração de 1871, pelas grandes ferrovias que passaram a cruzar o território de Campinas, até a grande imigração de europeus para as lavouras de café, principalmente de italianos;

---

<sup>1</sup> Maria Teresa Petrone (1969:279) identifica o primeiro estímulo à imigração subvencionada para São Paulo na lei provincial de 30/03/1871. Por meio dela, o governo pode emitir 600 contos de réis em apólices, a fim de auxiliar com empréstimos os fazendeiros interessados na introdução de colonos. Novas leis foram promulgadas durante toda a década de 1880.

2. De 1895 a 1915, anos marcados pela estabilização da grande imigração até sua quase extinção, decorrente da 1ª Guerra Mundial, o aumento da produção cafeeira, as primeiras crises de preços, e;
3. De 1920 a 1940, momento marcado pela retomada da imigração em massa, agora com destaque para os espanhóis e portugueses, até as crises da economia cafeeira e o maior crescimento da indústria em São Paulo.

O recorte temporal proposto permite conhecer, no primeiro intervalo, a situação dos imigrantes que chegaram antes da grande imigração de 1886-87 em diante, e que teriam ajudado a formar uma classe média composta de produtores rurais e profissionais urbanos. No segundo, a análise levará em conta as características de cidadãos de uma sociedade marcada pela interação da cultura tradicional e de várias culturas estrangeiras. O terceiro e último intervalo, caracterizado pela fixação de diversas nacionalidades na sociedade paulista há pelo menos duas gerações, tende a criar maiores e mais sólidas possibilidades de mobilidade social<sup>2</sup>.

A fonte principal desta pesquisa de longo período são os inventários *post-mortem*. Consegui viabilizar a pesquisa estabelecendo uma amostra representativa dos documentos. Dos pouco mais de 5.600 documentos encontrados no período<sup>3</sup>, eu selecionei os pertencentes a séries de cinco em cinco anos, a começar por 1870; daí 1875, 1880, 1885 e assim por diante, até 1940. As 15 séries quinquenais totalizaram pouco mais de mil processos. Os dados extraídos da leitura dessa amostragem foram distribuídos em quatro grupos de informações, dessa forma: os dados de identificação do documento; os dados pessoais do inventariado, inventariante e herdeiros; os dados totais dos ativos, passivos e montantes finais dos bens; e os dados específicos dos bens relacionados, avaliados e partilhados, ou seja, imóveis, escravos, animais, maquinários, ferramentas etc. A partir disso, foi possível definir padrões ou escalas de riqueza encontrados na sociedade, além de conhecer quais os tipos, valores e quantidades de bens formaram esses padrões, na época.

Outra etapa importante dessa pesquisa consiste no mapeamento dos proprietários rurais e urbanos pertencentes à elite. Eu imagina encontrar, por exemplo, um perfil mais rural que urbano no período 1870-1890, e que este perfil tivesse se tornado especialmente urbano

---

<sup>2</sup> Os recortes temporais estão baseados nas observações da obra de Maria Sílvia Bassanezi, Ana Sílvia Scott, Carlos Bacellar e Oswaldo Truzzi (2008).

<sup>3</sup> Levantamentos das fontes documentais do Centro de Memória – Unicamp podem ser feitos em: <http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/>. Cerca de 80% das referências documentais estão disponíveis *on-line*. Contudo, a consulta ainda é presencial. Além de inventários há processos correlatos como as partilhas: processo amigável (feito ainda em vida), e o arrolamento: que após 1920 passou a registrar bens de pessoas relativamente mais pobres, cujos bens avaliados somavam até dois contos de réis.

com o passar dos anos. Porém, os resultados observados não confirmam plenamente essa hipótese, pois as elites de Campinas continuaram apresentando índices significativos de imóveis rurais, de acordo com a amostra de inventários analisados. De qualquer maneira, a análise mais aprofundada – a ser finalizada brevemente – nos indicará possíveis movimentos de transformações ou permanências relacionadas com a composição da riqueza de cada grupo social estabelecido. Também é objetivo da pesquisa mais ampla ilustrar as análises com o estudo de casos específicos, exemplificando com trajetórias pessoais de acumulação ou de perda de riquezas em Campinas.

### **Os grupos sociais: a elite, a elite superior e os grupos médio e inferior**

Foi necessário conceituar e identificar os grupos sociais que formavam a população de Campinas. Busquei definir um critério simples de estratificação social, que me permitisse refletir sobre a realidade da época. Três grupos sociais básicos foram selecionados: primeiro, a elite, composta de membros da sociedade com maior riqueza acumulada. Segundo, os estratos intermediários, que formariam genericamente uma classe média. Terceiro, o grupo inferior, constituído dos membros da sociedade que possuíam bens pouco valor relativo<sup>4</sup>. O critério de estratificação adotado circunscreveu à elite os inventários dos 20% mais ricos, ao longo da amostragem quinquenal. Adicionalmente, delimittei dentro dela seus 5% mais ricos, considerados aqueles que estavam no topo dessa elite. A faixa média dessa população foi definida com inventários de homens e mulheres cuja riqueza situava-se entre os 21% e os 50% mais ricos. A base dessa *pirâmide* foi formada por indivíduos relativamente pobres, cujos valores dos bens inventariados os enquadraram na faixa dos 50% mais pobres da população de inventariados (51% a 100%), de cada série quinquenal da amostragem.

Na sociologia política o conceito de elite está ligado às análises das relações dos indivíduos com o poder, à sua natureza e ao conceito de massas. Segundo Charles Wright Mills, a elite do poder é composta de indivíduos cuja posição lhes permite transcender o ambiente dos homens comuns e tomar decisões de grandes consequências. Eles governam a economia, a máquina do estado ou a política, e a ordem militar de uma nação. Os membros da elite estão, para Wright Mills, no topo da hierarquia das principais instituições da sociedade (MILLS, 1962:29-30). Esse conceito pode ser aplicado à elite no Brasil, na época deste

---

<sup>4</sup> Sabemos que a população de inventariados é composta de pessoas mais e menos ricas e que os grupos despossuídos de bens, a maioria dos indivíduos, não estão representados. Todavia, os inventários são os registros mais próximos da riqueza real de uma pessoa, no fim da sua vida.

estudo, pois o governo legislava em favor dos grandes produtores rurais, como podemos ver pelos vários mecanismos de sustentação de preços da produção cafeeira e, por outro lado, nos subsídios financeiros que trouxeram trabalhadores para as lavouras de café, até as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, o exemplo citado ilustra outra afirmação do autor, que completa sua conceituação de elite, ou seja, de que esta busca controlar a produção, não somente as coisas, as dependências físicas, maquinários, mas também os homens e mulheres que, não dispendo de bens, são levados a elas para trabalhar. Em outras palavras, na sua busca incessante pela hegemonia e o controle da sociedade, a elite promove o direcionamento de incentivos financeiros à produção e à manutenção do mercado de trabalho (MILLS, 1962:203-4). Essa também é a conclusão de um predecessor de Wright Mills, o italiano Gaetano Mosca, que afirma ser estratégia de sobrevivência da elite no poder a manutenção de seus próprios interesses, com o concurso de recursos reunidos na administração pública, sob seu comando (MOSCA & BOUTHOU, 1980:306-20).

O conceito de elite vincula-se às características políticas e econômicas. Esse ponto de vista é explorado e aceito pela maior parte dos historiadores econômicos, que tratam da evolução da elite paulista por meio das atividades ligadas à produção e comercialização de bens como o açúcar e o café e, posteriormente, com a industrialização. Essa é, por exemplo, uma característica das elites paulistas que trata Joseph Love, ou seja, elites agrárias de base tradicional, que aos poucos se tornam mais urbanas e orientadas por novas considerações econômicas (LOVE, 1982:215).

Tal flexibilidade permite que o conceito seja usado por historiadores, não necessariamente para designar um grupo sociologicamente distinto, mas simplesmente para circunscrever grupos sociais e indivíduos como objeto de processos de mudanças históricas, que podem ser identificados, com maior ou menor dificuldade, a partir das fontes (GUIMARÃES, 2006:20-1). Nessa linha de raciocínio, as classificações de acordo com os percentis da distribuição dos inventários que adotei na definição dos grupos sociais deste estudo são justificadas. Exemplos semelhantes de classificação podem ser encontrados em trabalhos que tomam por referência Vilfredo Pareto, outro grande estudioso da formação das elites (GRYNSZPAN, 1999).

Há no âmbito da História Econômica importantes estudos que classificam riquezas, definem elites, grupos médios e inferiores de determinadas sociedades, utilizando critérios similares aos que foram adotados nessa pesquisa. Jonathan Wiener, por exemplo, estudou a reconstrução do estado do Alabama após a Guerra da Secessão (1861-5) e o fim da escravidão nos EUA, buscando indícios de mudanças ou permanências na composição da riqueza da elite

local de produtores de algodão. Baseado nos Censos locais (1850, 1860 e 1870), seu critério de estratificação daquela sociedade definiu que os 10% mais ricos comporiam a elite da sociedade, enquanto os indivíduos pertencentes à faixa de 11% a 50% comporiam o grupo médio, e os restantes 50% o grupo inferior da mesma sociedade. Segundo esse critério, o autor verificou que a política de redistribuição de terras do pós-guerra não transferiu terras mais produtivas da elite para os demais grupos da sociedade. A maior parte dessas terras permaneceu em poder da elite de antigos fazendeiros, que chegou a controlar 55% das terras, em 1870 (WIENER, 1975:73-94). Critério parecido foi usado pelo mesmo Wiener anos depois. No novo artigo ele baseou-se nos dados distribuídos em percentis de 1% a 1%. Com isso o autor observou o aumento na mobilidade ascendente entre empresários urbanos da faixa média da sociedade e certa estabilidade da elite no período do pós-guerra e reconstrução (WIENER, 1976:235-60).

Outro autor que estuda a mobilidade social é Donald Winters. Seu artigo trata da faixa média da população rural do estado do Tennessee, EUA, composta por pequenos e médios proprietários. Baseado nos mesmos censos de 1850, 1860 e 1870, o autor adotou o critério de classificação da riqueza de 10% a 10%, ou seja, por decis. Assim, ele demonstrou a concentração da maior parte da riqueza nas grandes fazendas, diferentemente de estudos contemporâneos que apontam para uma distribuição mais democrática (WINTERS, 1987:565-86).

Maria Lucia Lamounier e Renato Colistete estudaram a distribuição da riqueza do nordeste paulista, na região ao redor do município de Ribeirão Preto, utilizando os dados de tamanho das propriedades rurais registradas na Estatística Agrícola do Estado de São Paulo, para 1904-5. Os autores adotaram o critério de estratificação socioeconômica baseado em uma elite composta dos 20% maiores proprietários de terras. Dentro dessa elite, foram circunscritos os 5% mais ricos, chamados de elite superior. Os demais grupos sociais estabelecidos foram o médio (de 21% a 50%) e o inferior (composto dos 50% restantes). Os autores observaram um alto grau de desigualdade na agricultura dessa região, no início do século XX, e concluíram que a elite proprietária de terras controlou os recursos produtivos da economia em proporção maior do que outros estudos apontam (COLISTETE & LAMOUNIER, 2011).

Esses são alguns exemplos de como estudos baseados em critérios rigorosos de seleção e análise de diversas fontes documentais – registros, estatísticas e censos – e de estratificação da sociedade por valores de riqueza contribuem para investigar novas questões. Dessa maneira, ainda que componha uma pequena parte da sociedade brasileira, uma análise

da história de Campinas sob esse ponto de vista poderá trazer novas evidências sobre a sociedade na economia cafeeira.

### **A escolha das questões a serem analisadas e seus problemas: as nacionalidades**

Alguns critérios foram adotados para interpretar e analisar os dados pessoais dos inventariados. A identificação das origens étnicas nos inventários está prejudicada em cerca de 70% dos casos. Muitos deles não têm sequer o registro do óbito ajuntado. Para completar as informações faltantes, recorri aos registros notariais de óbitos (com acesso aos anos de 1891 a 1921, apenas), aos registros de firmas do primeiro cartório de Campinas (com acesso aos anos de 1892 a 1934), aos recenseamentos oficiais e levantamentos regionais de 1872-4, 1886, 1900, 1918, 1920, 1934 e 1940, à Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo: de 1904-5, aos registros de eleitores (com acesso aos anos de 1905 a 1914), aos prontuários de condutores de veículos e registros de indústrias e profissões (com acesso aos anos de 1920 a 1940, no Arquivo Municipal de Campinas).

Inferir nacionalidades por meio da análise de sobrenomes foi outra maneira de preencher as lacunas dos inventários. Adotei o critério baseado na constatação de que sobrenomes de etnias europeias (italianos, alemães e espanhóis, por exemplo) carregam consigo a chamada nacionalidade de sangue, estabelecida constitucionalmente nesses países por até quatro gerações de descendentes do indivíduo devidamente reconhecido como emigrante<sup>5</sup>. Assim, mesmo que os descendentes destas nacionalidades nascidos no Brasil fossem legalmente brasileiros, eles também podem ser considerados das mesmas nacionalidades de seus pais e avós. É fundamental para o estudo considerarmos dessa maneira as nacionalidades estrangeiras da população, pois a mobilidade social é fenômeno geralmente de longo prazo e isso implica medi-la por gerações oriundas de um mesmo núcleo familiar.

Sobrenomes germânicos possuem a mesma origem étnica, mas espalham-se por regiões distintas, como Prússia, Alemanha, Áustria-Hungria e Suíça. Nesses casos, a busca por um termo comum me fez seguir as considerações de Andrea Karastojanov (1999:82), que os apresenta como teutos ou germânicos, mas os define como alemães. Segundo a autora, camponeses, pequenos proprietários, artesão, profissionais liberais, todos passaram a se conceber como alemães no Brasil, independentemente de sua origem austríaca, prussiana,

---

<sup>5</sup> Há vários casos de descendentes de italianos e portugueses que conseguiram as cidadanias europeias de origem, baseadas no reconhecimento de seus antepassados como indivíduos participantes da emigração para o Brasil, desde o último quarto do século XIX.

suíça etc. Seguindo o mesmo critério étnico, nomeei os imigrantes de origem árabe com o termo comum e muito usual: Sírio-libaneses.

Apesar da adoção desses critérios de identificação das nacionalidades dos inventariados ainda restaram incompletos 455 casos dos 1.004 estudados, conjunto esse formado por brasileiros e portugueses de difícil distinção. Sugiro ao leitor assumirmos que esses inventariados devem ser considerados brasileiros, sendo somados aos 134 declarados brasileiros, o que totaliza 589 indivíduos.

### **Ocupações dos indivíduos = ocupações familiares**

Outros critérios de aproximação foram também utilizados no caso de atividades econômicas, ocupações ou profissões existentes nessa sociedade. Houve também nesse item o grande número de 70% de casos desconhecidos. Mas, como o inventário e suas decorrências jurídicas (arrolamentos e partilhas) são documentos de cunho familiar, os bens nele listados dão pistas de ocupações que levaram o indivíduo e a família a alcançarem a riqueza observada. Assim, defini que nos casos de ocupações não declaradas e desconhecidas: a pessoa que deixou uma ou mais propriedades rurais, em produção, deveria ser classificada como *produtor rural*; aquela que deixou estoques de sapatos, alimentos, tecidos etc., como *comerciante* de um ou mais desses diversos itens; a pessoa que deixou até dois imóveis urbanos ou algum pequeno ativo financeiro acabou por ser classificada como *sem especificação*, já que não havia diversidade de bens que dessem pistas de atividade econômica dessa pessoa; por fim, classifiquei como *proprietário urbano* a pessoa que deixou três ou mais imóveis na cidade e vivia supostamente de aluguéis ou rendas dessas propriedades.

Alguns trabalhos apontam problemas de localização e interpretação de dados sobre as atividades econômicas dos trabalhadores do final do século XIX. No capítulo que trata de trabalho e mobilidade social de imigrantes em São Paulo, Chiara Vangelista usou tabelas de distribuição e estruturas ocupacionais a partir de recenseamentos oficiais que, contudo, apresentam termos genéricos para as atividades econômicas. A autora contornou essa dificuldade adotando o termo *ocupações*<sup>6</sup> (VANGELISTA, 1991:244-245). Assim, depois de analisar as nacionalidades e as ocupações dos inventariados selecionados, proponho conhecermos quais ocupações foram marcantes a cada nacionalidade.

---

<sup>6</sup> Tabelas de ocupações mais gerais também foram criadas e utilizadas por Flávio Versiani (1993:86-89) e por Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2004:187-9).



## Nacionalidades da população total e dos inventariados

Esta pesquisa pediu também uma comparação dos percentuais de nacionalidades estrangeiras na população de Campinas com os verificados entre os inventariados estrangeiros do período. Tomei os mesmos recenseamentos e levantamentos regionais citados acima e selecionei apenas os anos amostrais de inventários correspondentes. Como apenas nos anos de 1920 e 1940 coincidem, comparei os percentuais do recenseamento de 1872-4 com o resultado da média dos inventários de 1870 e 1875.

A Tabela 1 apresenta mais semelhanças que diferenças na comparação efetuada. Os italianos iniciaram com percentual nulo nos inventários e 6% no censo correspondente. Depois, em 1920, atingiram a participação de 48% inventariados e de 62% na população recenseada. A participação destes aumentou para 56% entre os inventariados, em 1940, estabilizando-se com o percentual do censo correspondente: 55%. A semelhança das curvas de tendências da população recenseada e dos inventários, bem como as participações praticamente iguais em 1940, permitem duas afirmações: primeiro, de que a amostra de inventários deste estudo é representativa da população de Campinas no período, e que os percentuais podem revelar mobilidade social ascendente, principalmente do segundo para o terceiro período, ou seja, de 1895-1915 para 1920-1940.

Tabela 1 – Nacionalidades estrangeiras na população total e nos inventários. Campinas, em 1872-4, 1920 e 1940, em %.

Nacionalidades / Tipo	1872-4	1920	1940
Italianos / Campinas	6	62	55
Alemães / Campinas	34	4	15
Portugueses / Campinas	42	18	16
Espanhóis / Campinas	1	9	5
Outras / Campinas	17	7	9
Totais	100	100	100
Italianos e descendentes / inventariados	0	48	56
Alemães e descendentes / inventariados	46	22	14
Portugueses e descendentes / inventariados	18	12	15
Espanhóis e descendentes / inventariados	9	7	5
Outras e descendentes / inventariados	27	11	9
Totais	100	100	100

Fonte: Recenseamentos de 1872-4, 1920 e 1940; Tribunal de Justiça SP, Comarca de Campinas.

O percentual de 46% de alemães inventariados em 1870-5 é um pouco alto em relação ao percentual de alemães recenseados em 1872-4 (34%) e esse fato pode ser explicado se a continuidade desta pesquisa constatar uma maior mobilidade ascendente entre eles. A

participação de inventariados apresentou declínio em 1920 (22%), assim como declinou também a participação de alemães na população recenseada de Campinas (4%). É de estranhar a diferença entre esses dois percentuais e, todavia, devo analisar com cuidado os casos de alemães em 1920 e nos anos próximos. As participações desta nacionalidade são praticamente idênticas no ano de 1940 (15% e 14%), indicando que os inventários também são representativos da população total do município.

As participações dos portugueses recenseados e inventariados não são parecidas no primeiro período. Se o censo de 1872-4 os coloca como maior colônia estrangeira em Campinas na época, os inventários não refletem essa predominância, colocando-os em posição secundária aos alemães. Além disso, os percentuais de inventariados são menores do que dos censos também em 1920. Uma possível baixa mobilidade ascendente nesses anos pode explicar tais diferenças entre os lusitanos. A confirmação de que a amostra de inventários é representativa da população de portugueses em Campinas é observada na semelhança de percentuais em 1940 (16% e 15%).

As participações de espanhóis na população de Campinas e nos inventários só são significativas em 1920 e 1940. Antes, em 1872-4 a participação relativa é pequena. A relativa estabilidade de percentuais censitários e de inventariados, verificada em 1920 (9% e 7%) e em 1940 (ambas com 5%), nos permite concluir como representativa da população local a amostra de inventários analisada.

A análise de indivíduos de outras nacionalidades nos pareceu sem grande efeito, vista a variedade de casos e seus pequenos pesos proporcionais em relação ao total dos demais estrangeiros já estudados. De qualquer maneira, somadas as nacionalidades com pequena presença, verifiquei que os percentuais apresentaram tendência de declínio nos períodos em 1872-4 e 1920 (de 17% para 9% na população de Campinas e de 27% para 11% nos inventários). Também observei percentuais idênticos de população total e de inventariados em 1940. Nesta categoria alguns detalhes devem ser conhecidos. O primeiro diz respeito aos norte-americanos, que participaram com 9% da população de estrangeiros de Campinas em 1872-4, e com 11% nos inventários de 1870-5. Estes foram inseridos no conjunto das demais nacionalidades pouco representadas nos censos de 1920 e 1940, o que não nos permite comparar mais as suas participações. O segundo refere-se aos japoneses, que foram recenseados e descritos no conjunto das nacionalidades em 1940, mas que não participaram da amostra de inventários do mesmo período.

## Nacionalidades estrangeiras por inventariados

Daqui em diante apresentarei análises das informações mais específicas dos inventariados de Campinas, a começar pela comparação das participações de brasileiros e estrangeiros e descendentes no total dos inventários e, em seguida, das diversas nacionalidades no total correspondente aos estrangeiros.

A Tabela 2 mostra a participação de brasileiros no período de 1870-1940 correspondendo a 58,7% do total de inventários, enquanto que os estrangeiros e descendentes totalizaram 41,3%. No intervalo de 1870-90 o percentual de 85,7% de nacionais é muito superior ao de estrangeiros e descendentes, que participaram com 14,3% dos casos. Todavia, essa diferença diminuiu consideravelmente já no período de 1895-1915, quando a participação de estrangeiros e descendentes chegou a 36,7%, contra 63,3% dos nacionais. A inversão de valores ocorreu no último período desse estudo, o de 1920-40, com 47,7% de brasileiros e 52,3% de estrangeiros e descendentes. Estes dados são explicados pelo critério de acrescentar à categoria de estrangeiros seus filhos nascidos aqui, por conta da necessidade de estabelecermos a ligação de nacionalidade no estudo da mobilidade social.

Tabela 2 – *Inventariados brasileiros e estrangeiros e descendentes. Campinas, 1870-1940, em números de inventários e %*

Nacionalidades	1870-1890	1895-1915	1920-1940	1870-1940
Brasileira	162 (85,7)	155 (63,3)	272 (47,7)	589 (58,7)
Estrangeiros e descendentes	27 (14,3)	90 (36,7)	298 (52,3)	415 (41,3)
Totais	189 (100)	245 (100)	570 (100)	1004 (100)

Nacionalidades: dinamarquesa, francesa, franco-suíça, belga, holandesa, letã, lituana, russa, sírio-libanesa, alemã, suíço-alemã, austríaca, italiana, portuguesa, espanhola, norte-americana, britânica e irlandesa.

Fonte: Inventários do Tribunal de Justiça SP, Comarca de Campinas, CMU.

O percentual relativamente alto de 41,3% de estrangeiros e descendentes na média do período 1870-1940 parece indicar Campinas como uma localidade do interior do estado de São Paulo com movimentos de mobilidade social ascendente. A Tabela 3, a seguir, mostra a relação entre indivíduos de todas as nacionalidades encontradas na amostra de inventários. Observemos os percentuais de participação de italianos com maior crescimento em relação aos demais estrangeiros. Se no período 1870-90 a participação de italianos foi inferior à de alemães, os quais fixaram residência em Campinas há mais tempo e em maior número que os primeiros (11,1% e 48,1%, respectivamente), os italianos sobressaíram amplamente no período posterior, de 1895-1915, participando com 48,9% contra 28,9% dos alemães. No período de 1920-40, os italianos mantiveram supremacia, agora com 54,4% contra pouco

menos de 19% dos alemães. Esses percentuais revelam que durante o período amplo de 1870-1940 a participação de italianos e descendentes superou a metade de todos os demais estrangeiros, com 50,4% dos casos.

Tabela 3 – *Nacionalidades de inventariados estrangeiros e descendentes. Campinas, 1870-1940, em números de inventários e %*

Nacionalidades	1870-1890	1895-1915	1920-1940	1870-1940
Italiana	3 (11,1)	44 (48,9)	162 (54,4)	209 (50,4)
Alemã	13 (48,1)	26 (28,9)	56 (18,8)	95 (22,9)
Portuguesa	3 (11,1)	7 (7,8)	34 (11,4)	44 (10,6)
Espanhola	1 (3,7)	5 (5,6)	18 (6,0)	24 (5,8)
Outras	7 (25,9)	8 (8,9)	28 (9,3)	43 (10,4)
Totais	27 (100)	90 (100)	298 (100)	415 (100)

Outras: dinamarquesa, francesa, franco-suíça, belga, holandesa, letã, lituana, russa, sírio-libanesa, norte-americana, britânica e irlandesa.

Fonte: Inventários do Tribunal de Justiça SP, Comarca de Campinas, CMU.

Os alemães tiveram presença marcante em 1870-90 e sua queda na participação na sociedade pode ser explicada pela ênfase na vinda de italianos após 1886, ou pelas altas taxas de mortalidade decorrentes das epidemias de febre amarela dos anos de 1889 a 1900, período em que parte da colônia enraizada há décadas migrou para municípios próximos, principalmente Jundiaí e Indaiatuba, como veremos adiante (SANTOS FILHO E NOVAES, 1996:281-301)<sup>7</sup>.

Os portugueses e espanhóis não aparecem com muito destaque, ainda que apresentem tendência crescente ao longo do período. A participação de portugueses entre os inventariados de Campinas inicia com 11,1% em 1870-90, declina para 7,8% em 1895-1915 e volta a crescer em 1920-40, quando atinge 11,4%. Esses percentuais representam 10,6% de participação dos portugueses entre os inventariados de Campinas, no período total de 1870-40. Por sua vez, os espanhóis iniciam com 3,7% de participação em 1870-90, passam a 5,6% em 1895-1915 e fecham o estudo com 6% em 1920-40. Esses percentuais representam uma participação de 5,8% de espanhóis no total de inventariados de Campinas, entre 1870-1940. Esses dados das amostras dos inventários divergem, inclusive, da participação ativa dos ibéricos na retomada da imigração subsidiada, após 1ª Guerra Mundial, no Estado de São Paulo. No caso espanhol, por exemplo, sabemos que os fazendeiros da região da Alta Araraquarense – que compreende os atuais municípios de Taquaritinga, Catanduva e São José

<sup>7</sup> Nessa obra há um índice onomástico que remete aos falecimentos pesquisados pelos autores. É notória a quantidade de sobrenomes alemães. Ver ainda TELAROLLI JR, 1996:265-83 e RIBEIRO, 1993:182.

do Rio Preto<sup>8</sup> – já não dispunham da quantidade necessária de mão-de-obra de italianos<sup>9</sup> e que passaram a recrutar espanhóis (MARTINS, 1989). Uma das razões para a pouca presença da colônia espanhola entre os inventariados de Campinas certamente é sua posição de produção cafeeira mais antiga. Mas, nota-se certa organização dessa colônia na cidade, cujos indícios são observados na criação do Hospital de Socorros Mútuos, fundado em 1904<sup>10</sup>.

Encerro a análise das nacionalidades estrangeiras em Campinas com a categoria que reúne norte-americanos, britânicos, irlandeses, franceses, franco-suíços, belgas, escandinavos, holandeses, letões, lituanos, russos e sírio-libaneses, que aparecem sob a classificação de Outras Nacionalidades. Esta categoria começou com percentual de 25,9% no intervalo 1870-90, mas depois sua participação declinou para 8,9% entre 1895-1915, e manteve-se estável no período posterior, com 9,3% dos casos. No geral, a participação de indivíduos de outras nacionalidades chegou a 10,4% no período amplo de 1870-1940.

### **Ocupações ou profissões**

Os dados sobre profissões dos inventariados também são escassos no conjunto dos inventários: cerca de 70% deles estão incompletos. Nesse caso, a análise dos bens neles registrados sugere, ao menos, uma ocupação principal das suas atividades econômicas. Assim, procedi às análises de cada inventário individual para identificar as ocupações de seus titulares.

A Tabela 4, a seguir, mostra o maior número de produtores rurais (34,4%) em relação às ocupações urbanas mais presentes em 1870-90 (23,8% de proprietários urbanos e 18,5% de comerciantes). Ocorreu um declínio em 1895-1915, quando os produtores rurais (22%) perderam em participação para os proprietários urbanos (28,6%), e em 1920-40 também para os proprietários urbanos e os trabalhadores em geral (29,3% e 25,8% contra 24,7%). Este declínio observado nos inventários de Campinas acompanha a tendência de queda da população rural e aumento da urbana, constatada desde o Censo Municipal de 1918<sup>11</sup>. A

---

<sup>8</sup> A produção de café na região da Alta Araraquarense era recente e, por isso, era conhecida como uma das novas fronteiras dessa produção no Oeste Paulista da época.

<sup>9</sup> Em 1902, o Comissariado Geral de Emigração da Itália proibiu a emigração subvencionada para o Brasil. Esse ato ficou conhecido como Decreto Prinetti.

<sup>10</sup> A grande irmandade beneficente de portugueses de Campinas é o Hospital da Real Beneficência Portuguesa, fundado em 1879. Os italianos reuniram-se no Circolo Italiani Uniti, de 1881, que mais tarde, em 1919, se tornou a Casa de Saúde Campinas. Estudos dessas entidades fazem parte da pesquisa mais ampla.

<sup>11</sup> No Censo Escolar de Campinas, de 1934, a população urbana superou a rural pela primeira vez. Foram 69.010 e 63.809 habitantes, respectivamente. (BAENINGER, 1996:42).

confirmação de que a população urbana predominou sobre a rural em Campinas é obtida no Censo Demográfico de 1940<sup>12</sup>.

Tabela 4 – *Ocupações gerais. Campinas, 1870-1940, em números de inventários e %*

Ocupações	1870-1890		1895-1915		1920-1940		1870-1940	
Artesãos	10	(5,3)	14	(5,7)	10	(1,8)	34	(3,4)
Comerciantes	35	(18,5)	43	(17,6)	59	(10,4)	137	(13,6)
Industriais Empreendedores	1	(0,5)	8	(3,3)	9	(1,6)	18	(1,8)
Produtores Rurais	65	(34,4)	54	(22,0)	141	(24,7)	260	(25,9)
Profissionais Liberais	1	(0,5)	5	(2,0)	15	(2,6)	21	(2,1)
Proprietários Urbanos	45	(23,8)	70	(28,6)	147	(25,8)	262	(26,1)
Servidores Públicos	2	(1,1)	5	(2,0)	22	(3,9)	29	(2,9)
Trabalhadores em geral	30	(15,9)	46	(18,8)	167	(29,3)	243	(24,2)
Totais	189	(100)	245	(100)	570	(100)	1004	(100)

Fonte: Inventários do Tribunal de Justiça SP, Comarca de Campinas, CMU.

A análise mais aprofundada requer maior agregação dos dados de ocupação. Por ora, pretendo mostrar uma rápida análise da composição das ocupações na amostra de inventários. Artesãos, profissionais liberais, empreendedores e servidores públicos formam um grupo caracterizado pela baixa representatividade no conjunto dos inventários da amostra.

Os artesãos participam com 3,4% das ocupações encontradas nos inventários de Campinas e estão presentes em todas as faixas de amostras deste estudo. Suas atividades abrangem ramos econômicos desde a confecção de roupas até o trabalho com minerais/metais, passando por produção de objetos de couro e madeira. Incluem-se nesta categoria, portanto, alfaiates, tintureiros, sapateiros, ferreiros, serralheiros, caldeireiros, marceneiros, carpinteiros, marmoristas, oleiros, entre outros. O artesão da época foi um trabalhador especializado e seus ofícios geralmente passados aos filhos, que assumiam os estabelecimentos dos pais na morte deles, ou até mesmo abriam o seu próprio e tornavam-se concorrentes familiares. Eram geralmente imigrantes e alguns deles acumularam riqueza significativa, justamente por sua especialização do trabalho. Há considerável predominância das atividades ligadas ao trabalho com madeira, metais/minerais e com materiais ligados à construção civil, que somadas chegam a mais de 70% de todas as especializações artesanais encontradas.

Os profissionais liberais aparecem em pequeno número, com 2,1% dos casos. Podemos supor que apenas aqueles que viveram exclusivamente das profissões as tiveram declaradas nos documentos oficiais. É razoável imaginar um bom número de advogados, por exemplo, que também eram proprietários de fazendas e de grandes plantações de café. Estes,

<sup>12</sup> Neste Censo nacional, a população urbana chegou a 84.055 habitantes e a rural a 45.885. Fundação IBGE.

provavelmente, preferiam ser considerados lavradores ou fazendeiros. Todavia, os profissionais liberais apresentam percentuais crescentes ao longo do tempo, que denota maior importância dessas profissões conforme Campinas se urbanizava. Este é o caso, por exemplo, dos engenheiros ou construtores, com 38,1% e médicos e dentistas com 33,3% dos casos.

As ocupações industriais estão presentes em apenas 1,8% dos inventários e a maior parte dessas estão voltadas à produção de bebidas e alimentos, que somam 1/3 de todos os registros. As fundições e as empresas de montagem de equipamentos agrícolas também foram características na economia local. A presença de empresas nessas atividades confirma a diversificação da economia e transferência de parte do capital cafeeiro para investimentos industriais.

Os servidores públicos corresponderam a 2,9% dos inventários. São escriturários, serventuários, agente de correios, porteiro, mas também servidores de maior qualificação, como bombeiro, inspetores de alunos, médico legista e procurador municipal. Vale ressaltar também o relativamente elevado número de professores que, contudo, tiveram sua participação diminuída em relação aos demais servidores ao longo do tempo (50% em 1870-90, 40% em 1895-1915 e 31,8% em 1920-40). Também em quantidade elevada em relação aos demais servidores públicos participaram os escriturários e os escrivães, com 20,7% dos casos.

Em posição intermediária estão os comerciantes, com 13,6% das ocupações extraídas das fontes documentais. Distribuíam-se nos vários ramos, com destaque para armazéns e quitandas, a chamada venda de secos & molhados, com 27% do total da categoria. Também em grande número apareceram os comércios mais comuns, como os botequins e bilhares (8,8%), lojas de tecidos, roupas e sapatos (8%) e açougues (5,1%). O alto comércio de produtos de exportação, como café, açúcar, algodão e fumo, está representado em todos os períodos e possui percentual médio pouco abaixo das médias desses ramos mais comuns já citados e acima das médias dos ramos de farmácias e boticas, hotéis e restaurantes, entre outros, indicando ter sido esse alto comércio uma atividade destacada na cidade, pelo número de inventariados encontrados. Entre os novos tipos de comércio que surgiram ao longo do tempo está o de combustíveis, justamente no momento da disseminação dos automóveis.

Entre os maiores índices de ocupações encontradas na amostra de inventários e nas demais fontes estão os produtores rurais, os proprietários urbanos e os trabalhadores diversos. Os produtores rurais representaram 25,9% do total das ocupações e foi possível detectar o tipo de cultura produzida em cerca de 60% dos casos, sendo a cafeicultura preferida em cerca de 40% desses casos. Notei ainda a grande proporção de casos em que a cafeicultura cedia parte

de seu espaço com outro tipo de cultura, como a cana, o algodão e os cereais, especialmente milho, arroz e feijão.

Os inventários também mostram que alguns produtores rurais puderam aproveitar a riqueza gerada pela agricultura para investirem em outras atividades econômicas, tais como empréstimos hipotecários e aquisições de cotas de capital de empresas, em especial de eletricidade e transportes. Dentre os 101 casos de produtores de café, 14 também atuavam como investidores. Da mesma forma, dentre os 141 casos de produtores rurais sem especificação da cultura, seis deles atuavam também como investidores. A riqueza gerada pelo café denota ter havido casos desses produtores/investidores entre os que não tiveram sua produção declarada nos inventários. Por sua vez, os inventários mostram também que os demais produtores rurais (de frutas, hortaliças, eucaliptos etc.) não chegaram a acumular riqueza a ponto de se tornarem também investidores.

Os proprietários urbanos formam uma categoria cujos inventários e outros documentos verificados não possibilitaram a identificação de suas ocupações. Todavia, são indivíduos com um número de bens imóveis que me permite inferir que eles teriam vivido de rendas dos imóveis, justamente em época de maior demanda de casas na cidade, devido aos crescimentos urbano e industrial.

Os trabalhadores em geral participam com 24,2% do total da amostra. Trata-se de uma categoria criada para reunir casos de atividades com pouca presença em relação aos demais tipos, e de indivíduos cujos inventários e os demais documentos verificados não revelaram suas ocupações. Excetuando-se os indivíduos sem ocupação especificada, as ocupações que mais aparecem nesta categoria são: ferroviário, com 3,7%, chofer, taxista ou carroceiro, com 1,6%, operário fabril, com 1,2% e administrador de fazendas, com pouco menos de 1% dos casos. Ressalto, ainda, que alguns desses indivíduos sem especificação de atividades tinham em geral poucos bens e poderiam ter atuado tanto na cidade como no campo.

### **A participação das nacionalidades na hierarquia da riqueza**

Nesta última seção do artigo proponho discutir a composição étnica dos grupos sociais que formaram a sociedade campineira no período de 1870-1940, por meio dos dados sobre nacionalidades dos indivíduos e da riqueza encontrada em seus inventários. A Tabela 5 apresenta a participação de cada nacionalidade na distribuição de riqueza pelos grupos sociais (elite, elite superior, classes média e inferior) definidos previamente.



Tabela 5 – Nacionalidades nos grupos sociais. Campinas (1870- 1940), em quantidades e %

Nacionalidades	Elite Superior		Elite		Médio		Inferior		Total	
Brasileira	41	(75,9)	132	(65,4)	167	(55,3)	290	(58,0)	589	(58,7)
Italiana	5	(9,3)	22	(10,9)	66	(21,9)	121	(24,2)	209	(20,8)
Alemã	4	(7,4)	19	(9,4)	33	(10,9)	43	(8,6)	95	(9,5)
Portuguesa	-	-	11	(5,4)	19	(6,3)	14	(2,8)	44	(4,4)
Espanhola	1	(1,9)	6	(3,0)	5	(1,7)	13	(2,6)	24	(2,4)
Outras	3	(5,6)	12	(6,0)	12	(4,0)	19	(3,8)	43	(4,3)
Totais	54	(100)	202	(100)	302	100	500	100	1.004	100

Outras: dinamarquesa, francesa, franco-suíça, belga, holandesa, letã, lituana, russa, sírio-libanesa, norte-americana, britânica e irlandesa.

Fonte: Tribunal de Justiça SP, Comarca de Campinas – CMU.

A elite superior, formada pelos 5% mais ricos em Campinas entre 1870 e 1940, foi constituída por um contingente muito superior de nacionais: 75,9% do total da amostra de inventários. Entre as nacionalidades estrangeiras, os italianos e seus descendentes destacaram-se em relação às demais, com 9,3% dos casos, seguidos pelos alemães e seus descendentes, com 7,4% dos casos. Esse resultado indica que alguns italianos e alemães de Campinas conseguiram manter um padrão relativamente alto de riqueza por longo tempo. Houve apenas um espanhol nessa elite superior, curiosamente um empreendedor do ramo de telefonia que também possuía uma fazenda produtora de café, em 1920. Os portugueses, estranhamente, não apareceram no total dessa elite superior, mas isso se deve à dificuldade de identificá-los pelos sobrenomes apenas. Na categoria de outras nacionalidades, apenas norte-americanos e um irlandês compõem os 3,7% dos casos, ao que consta nos inventários por conta de seu perfil urbano e dos investimentos na indústria e no comércio de produtos de exportação. Concluindo, a absoluta predominância de brasileiros nesse grupo social pode ser explicada, dentre outras afirmações, pela tradição agroexportadora da elite paulista da época.

Na elite constituída pelo grupo dos 20% mais ricos, os brasileiros alcançaram 65,4% de participação. Entre os estrangeiros as presenças mais significativas foram dos italianos com 10,9%, que superaram os alemães, estes com 9,4% dos casos. Nesse grupo os portugueses aparecem com representação de 5,4% dos casos e os espanhóis com 3%, dados que corroboram a raridade do caso do espanhol que vimos há pouco no topo da elite. Há registros de indivíduos de outras nacionalidades na elite, entre eles, sírio-libaneses e franco-suíços, que se juntam a norte-americanos, ingleses e irlandeses para totalizarem 6% dos casos. A conclusão feita anteriormente sobre a predominância dos brasileiros da elite superior pode ser aplicada aqui, mas nesse grupo há diversidade maior de nacionalidades estrangeiras.

Na classe média, o grupo social formado pelos indivíduos situados na faixa dos 21% aos 50% mais ricos da amostra de inventários, a presença de brasileiros também superou em

mais da metade a população total da amostra, com 55,3% dos casos. Os italianos chegaram a 21,9% dos inventários, enquanto os alemães continuaram como a segunda colônia mais importante, com pouco menos de 11%. Os portugueses mantiveram supremacia sobre os espanhóis, com 6,3% e 1,7% dos casos, respectivamente. Entre os indivíduos de outras nacionalidades, categoria esta que totalizou 4% dos inventários, sua maior parte foi composta de norte-americanos franco-suíços, franceses e escandinavos.

Na chamada classe inferior formada pelos 50% mais pobres da amostra, a participação de brasileiros totalizou 58% dos casos. Os italianos chegam a quase  $\frac{1}{4}$  do total, com 24,2% dos casos. Os alemães não cresceram em participação nesse grupo e totalizaram 8,6% dos casos, assim como os portugueses, que somaram 2,8%. Contudo, entre os estrangeiros mais representados na amostra de inventários, apenas os alemães e os portugueses têm nesse grupo social porcentagens inferiores às suas participações no total da sociedade, ou seja, são indivíduos cujos bens os colocavam em maior proporção nos grupos mais altos da sociedade (8,6% e 9,5% para os alemães e 2,8% e 4,4% para os portugueses). Ao contrário, assim como os italianos tiveram participação relativa maior no grupo inferior, também os espanhóis tenderam a participar com maior proporção de indivíduos neste grupo (2,6% dos casos nesse grupo em relação a 2,4% de participação no total na sociedade). Entre os indivíduos de outras nacionalidades desse grupo temos franceses, franco-suíços, russos, escandinavos e norte-americanos e essas participações estão pulverizadas em 3,8% dos casos.

Abordamos até aqui algumas representações sociais encontradas nos inventários *post-mortem* e demais fontes documentais sobre Campinas, no período 1870-1940. Continuo realizando análises da composição da riqueza dos indivíduos inventariados, a fim de conhecermos as especificidades e a peculiaridades dos grupos sociais atuantes nesse importante município da economia cafeeira do país, na época.

### **Fontes Primárias (1870-1940)**

No Centro de Memória – Unicamp:

- Fundo Tribunal de Justiça SP da Comarca de Campinas;
- Fundo Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas;
- Fundo Registro Civil do Estado de São Paulo – Município de Campinas;
- Registros de Eleitores e de Atas de Eleições em Campinas;
- Registro de Firms e Empresas do 1º Cartório de Notas de Campinas;

- Periódicos:
  - Almanques diversos de 1871, 1872, 1873, 1878, 1886, 1892, 1908, 1912 e 1914;
  - Gazeta de Campinas: 1869-1930;
  - Correio de Campinas: 1885-1912;
  - Diário de Campinas: 1875-1900.

No Arquivo Público do Município de Campinas:

- Prontuários de Motoristas e Choferes.

### **Bibliografia: livros e artigos**

BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.

BASSANEZI, Maria S. C. B. et al. Atlas da Imigração internacional em São Paulo: 1850-1950. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

COLISTETE, Renato P. e LAMOUNIER, Maria L. The End of Plantation? Coffee and Land Inequality in Early Twentieth Century São Paulo. 2011. URL: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/31833/>. Acessado em 14/06/2012.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo. *Elites e indústria no Alentejo (1890-1960): um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional de Portugal contemporâneo*. Ed. Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora, 2006, p.20-21.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. As colônias de parceria. HOLANDA, Sérgio Buarque de (ed.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1969, tomo II, vol. 3.

KARASTOJANOV, Andrea Mara S. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas*. Campinas: Editora da Unicamp/CMU, 1999.

LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista História*, São Paulo, n 121, p. 5-26, ago./dez. 1989.

MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

- MOSCA, Gaetano e BOUTHOU, Gaston. *História das doutrinas políticas desde a antiguidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 306-20.
- PETRONE, Maria Teresa S. Imigração assalariada. HOLANDA, Sérgio Buarque de (ed.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1969, tomo II, vol. 3.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da saúde pública. São Paulo: 1880 – 1930*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro e NOVAES, José Nogueira. *A febre amarela em Campinas 1889-1900*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.
- TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. Imigração e epidemias no estado de São Paulo. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. 3 (2), julho/outubro 1996, p. 265-283.
- VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- WIENER, Jonathan M. Planter-Merchant conflict in reconstruction Alabama. *Past & Present*, No. 68 (Aug. 1975), pp. 73-94. Oxford University Press on behalf of The Past and Present Society. URL: <http://www.jstor.org/stable/650273>. Acessado em: 31/08/2010 23h12.
- WIENER, Jonathan M. Planter persistence and social change: Alabama, 1850-1870. *Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 7, No. 2, Social Mobility in past Time (Autumn, 1976), pp. 235-260 The MIT Press. Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/202735>. Acessado em: 31/08/2010 23h07.
- WINTERS, Donald L. Plain Folk of the Old South Reexamined: Economic Democracy in Tennessee. *The Journal of Southern History*, Vol. 53, No. 4 (Nov., 1987), pp. 565-586. Southern Historical Association URL: <http://www.jstor.org/stable/2208775>. Acessado: 12/12/2010 15h48.

#### **Sites de Internet:**

<http://www.jstor.org>

<http://www.memorialdoimigrante.org.br/historico/e3.htm>

<http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/>

<http://mpira.ub.uni-muenchen.de/31833>

# **Regiões e Especialização na Agricultura Cafeeira: São Paulo no Início do Século XX**

**Renato Perim Colistete**

**Departamento de Economia - FEA-USP**

## **Resumo**

Este artigo analisa a especialização da produção agrícola nas regiões e nas propriedades rurais do estado de São Paulo no início do século XX, após décadas de transformações causadas pela difusão da lavoura do café. O trabalho utiliza dados de mais de 40 mil propriedades rurais para examinar a estrutura de produção e a especialização produtiva em onze regiões que cobrem a totalidade do território do estado de São Paulo no auge da economia cafeeira. Além das regiões, o artigo aborda como as propriedades rurais distribuíram seus recursos produtivos entre produto de exportação (café) e produtos destinados ao consumo interno. A análise traz à luz novas evidências, corroborando parte da literatura, mas divergindo de outras ideias estabelecidas na historiografia. No início do século XX, virtualmente todas as regiões de São Paulo produziam café, mas quase todas elas se especializaram em mais de um produto agrícola, com a exceção da região da Mogiana. Além das grandes propriedades ressaltadas na literatura, as pequenas propriedades foram atraídas e se especializaram na produção do café. Por sua vez, as grandes propriedades não só se especializaram na produção de alimentos (além do café), mas dominaram a oferta dos principais produtos destinados ao mercado doméstico.

## **Abstract**

This article deals with agricultural specialization in regions and farms of the state of São Paulo in the early nineteenth century, after several decades of changes caused by the coffee boom. We use data from more than forty thousand farms to examine the agrarian structure and specialization in eleven regions which cover the whole state of São Paulo at the time. Moreover, the article shows how farms chose between export (coffee) and internal market crops. The results lend support to part of the literature but add new evidence which diverges from established notions among historians. In the early twentieth century, all regions of São Paulo cultivated coffee, but nearly all of them specialized in more than one agricultural product, except the Mogiana region. Besides the plantations highlighted by the literature, small farms were drawn into export production and specialized in coffee too. In turn, large properties not only specialized (apart from coffee) in food crops, but dominated the supply of the main products for internal markets.